

# O ABC da dívida

**a** A dívida externa não é um problema exclusivo da economia brasileira. Os países do Terceiro Mundo, vistos em conjunto, endividaram-se de forma a comprometer o funcionamento de suas economias, o bem estar de suas populações e a própria soberania de suas nações.

**b** Este endividamento tem uma lógica que o explica, dentro do quadro de funcionamento da economia internacional, do pós-guerra. Ao conceder ao governo dos EUA o poder de emitir moeda que serve de meio de pagamento internacional, a comunidade mundial criou a base que levaria a um fluxo internacional de dólares, procurando ser aplicados de forma rentável em qualquer parte do mundo. A economia dos países desenvolvidos, necessitando, no pós-guerra, de excessivos gastos por parte do setor público norte-americano, e criando economias concorrentes na Europa e no Japão, levou a uma mobilização de dólares em direção a estes países. A partir, porém, do fim da recuperação, propiciada pela guerra, observa-se uma grande liquidez financeira, procurando obter lucros e buscando os países do Terceiro Mundo como alternativa de aplicação.

**c** A partir desse momento, os países do Terceiro Mundo passam a endividarse desenfreadamente, em função de duas forças: uma pressão externa, decorrente da liquidez de recursos, que se manifesta na agressividade dos banqueiros internacionais e na baixa taxa de juros então prevalente; e uma atração interna em cada um destes países, proporcionada por uma ideologia do crescimento rápido, concentrador e com endividamento, e por governos autoritários que não necessitam prestar contas de seus atos às populações nacionais.

**d** O caso do Brasil se insere dentro desta lógica do sistema financeiro internacional, como a caricatura maximizada do modelo. Pela própria dimensão nacional, pelo autoritarismo que atingiu níveis de aberração policial, pela exagerada ênfase à ideologia do desenvolvimento imitativo e da segurança comprometida sob a liderança dos EUA, o Brasil rapidamente atingiu o estágio de país mais endividado do mundo.

**e** A lógica da dívida do Brasil é similar à de uma grande quantidade de países dependentes que se prestaram ao serviço de receptores dos recursos financeiros que sobravam no mercado internacional. Mas, alguns aspectos específicos merecem uma análise cuidadosa. Primeiro, no Brasil, um grupo de tecnocratas assumiu o poder, prestigiado pelo aparelho militar e contando com a infra-estrutura de um estado policial. Este grupo de tecnocratas, a serviço, conscientemente ou não, do sistema financeiro internacional, passou a justificar o endividamento através da formulação de projetos megalomânicos que satisfaziam a aspiração de grande potência que os teóricos da segurança nacional defendiam. A nível global, este projeto de grande potência se baseava na importação de insumos estrangeiros, como o petróleo, e na obtenção de recursos financeiros para cobrir uma possível escassez de poupança nacional. Internamente, o projeto grande-potência tentava imitar o modelo de industrialização dos países ricos, através da produção local de bens sofisticados de elevado custo. Isto exigia a formação de um mercado rico, que foi possível graças à concentração de renda em uma reduzida parcela da população, às custas da pobreza, sobre a grande maioria... os "relatórios secretos", as "polonetas", as "comissões", envolvendo os mais elevados quadros de nossa administração e o fim do milagre econômico, desempregando os assalariados de baixa renda e empobrecendo a classe média e tem-se o quadro de começo dos anos 80.

**f** A crise, porém, longe de servir para alertar a necessidade de uma reformulação global do modelo, levou os mesmos dirigentes a optarem pela manutenção do mesmo percurso, recorrendo agora ao FMI, como única instância que poderia suprir dólares e dar aval para novos empréstimos na rede financeira que agora já se retraiu. Mais uma vez o autoritarismo se mantém prepotente, apesar do quadro de abertura política em que o País havia ingressado. Apesar de todos os alertas e críticas à ida ao FMI, o governo recorre a esta instituição e não apenas aceita todas as suas exigências de um plano de ajustamento interno, como, inclusive, se adianta, instituindo estas medidas através de pacotes decretados, enquanto os acordos eram negociados na surdina, apesar de repetidos desmentidos públicos.

**g** A ida ao Fundo e a aceitação do programa de reajuste completam o quadro de crise interna, levada a consequências nunca vistas em toda a história do País. Mesmo com todas as críticas e demonstrações técnicas de que este ajuste não tem qualquer respaldo teórico na realidade das economias dos Países do Terceiro Mundo e especialmente do Brasil, para satisfazer ao sistema financeiro internacional, o governo insiste em assinar "cartas de intenção" depois de "cartas de intenção", agravando a crise e a desmoralização definitiva do poder.

Segundo, a riqueza natural do País e o nível de reservas internacionais adquirido através da própria dívida, além da confiança política dos banqueiros nos governantes nacionais que eram ou viriam a ser grandes executivos dos seus bancos, incentivaram o sistema financeiro internacional a concentrar no Brasil o máximo de recursos possíveis, certos de que o País seria solvente, e que, graças ao autoritarismo, o País sempre encontraria formas de pagar a dívida, seja reduzindo a demanda interna para exportar mais, seja entregando os nossos próprios recursos naturais como forma de pagamento. Terceiro o nível de sofisticação teórica dos quadros da oposição brasileira permitiu antever os riscos do caminho utilizado pelo governo brasileiro, mas todas as denúncias e alertas eram relegadas pela auto-suficiência e o autoritarismo do governo, que continuou sempre irresponsavelmente no caminho do desastre previsível.

**h** Apesar do primeiro choque do petróleo, elevando consideravelmente a vulnerabilidade da economia nacional, já endividada, o governo optou por continuar no mesmo percurso, elevando então, de forma definitiva, o endividamento, justificado desta vez como uma necessidade de financiar a importação de petróleo.



**i** O segundo choque do petróleo e a imediata elevação absurda da taxa de juros internacional encontraram o País absolutamente comprometido, dependente, inseguro e, sobretudo, desmoralizado pela constatação definitiva do engano a que sua população tinha sido jogada através da idéia de justificar todo sacrifício com base na esperança de criar uma grande potência. Junte-se a isto a divulgação dos aspectos ilícitos do processo de endividamento,

**j** a corrupção O custo nacional destas opções estruturais e conjunturais é do conhecimento de toda a população brasileira. O desemprego atingiu níveis de calamidade pública; a inflação continua a crescer de forma explosiva; o fim dos subsídios leva os preços dos produtos de base a subirem mais rapidamente do que a própria taxa global da inflação; o fluxo de juros transforma o País em um grande exportador de divisas; a prioridade à exportação faz com que a agricultura reduza a produção de alimentos para a sociedade brasileira em benefício da produção de alimentos para a exportação a qualquer preço; o subsídio à exportação canaliza elevados recursos do Tesouro para possibilitar a concorrência no exterior, reduzindo gastos na área social e pressionando por sua vez a dívida interna. A dívida, portanto, se interna na economia, desarticulando seu funcionamento, em benefício de uma nova articulação, montada com o único objetivo de remeter recursos para o exterior.

**l** Em consequência dos custos puramente econômicos, o pagamento da dívida provoca um elevado custo social, pelo empobrecimento das massas e da classe média, pela violência urbana, pela insegurança em relação ao futuro, pela destruição de recursos naturais exportados sem trazer qualquer benefício para o País, uma vez que os dólares decorrentes ficam no exterior para pagamento dos juros, pelo desemprego de recursos humanos em rápido processo de sucateamento de suas especializações.

**m** Finalmente, o custo maior para a Nação, a incerteza com que o seu futuro é ameaçado e constrangido, uma vez que as decisões de seu destino são entregues a banqueiros e funcionários de organismos internacionais, em parceria com irresponsáveis governantes nacionais.

**n** Diante disto, é absolutamente urgente que o País, como um todo, tome consciência de quais as verdadeiras causas do endividamento brasileiro, conforme sua lógica inserida no sistema financeiro internacional e baseada na ideologia e no autoritarismo dos últimos 20 anos, quais as verdadeiras consequências deste endividamento sobre os interesses da população e da Nação e suas gerações futuras, e como a população deve mobilizar-se em



função de solucionar um problema que estrangula o funcionamento de sua economia e todo o seu futuro.

**o** Se o problema da dívida foi criado em função de um aparato político, a mobilização nacional para romper as amarras da dívida será, sobretudo, uma ação política. Mas, ele não poderá deixar de ter consciência das implicações econômicas e administrativas através das quais será executada.

**p** É fundamental a consciência e luta em torno de uma democratização real de atividade política e administrativa brasileira. Uma das bases que permitiram o endividamento foi o uso indiscriminado, pelo Poder Executivo, dos decretos leis e de todos os demais instrumentos de absolutismo da administração da economia. Só a retomada, pelo Congresso, do poder de saber e de participar da atual crise, e evitar que os destinos da Nação continuem a ser comprometidos. O fim do decreto lei é, portanto, uma proposta pela qual passará qualquer solução da crise.

**q** A retomada das prerrogativas do Congresso tem que ser executada em um processo de transição da economia imitativa, concentradora, voltada para o exterior, para uma economia nacional voltada para os interesses de nossa população e para a disponibilidade de nossos recursos.

**r** Isto não será possível sem que o problema da dívida seja corretamente administrado. É preciso, portanto, usar a retomada das prerrogativas do Congresso e a participação da população nos benefícios da nova economia, para dar a base de sustentação necessária às medidas firmes que deverão ser tomadas. Primeiro, é preciso deixar claro que a Nação brasileira, sem repudiar in totum a dívida contraída pelos governos anteriores, reserva-se o direito de não reconhecer, no montante dessa dívida, todos aqueles recursos que não foram integralizados à Nação, por corresponderem a exercícios contábeis que beneficiaram apenas aos bancos ou aos negociadores, sob a forma de "spreads", comissões, agiotagem com taxas de juros absurdas etc. O primeiro passo, portanto, de um Congresso participante, será propor e liderar a formação de uma Comissão Interpartidária e Interpoderes, e com a participação de representantes da sociedade civil, para estimar corretamente o montante reconhecido da dívida. Segundo, reconhecido o exato montante desta dívida, a Nação, pelo seu Poder Executivo, respaldado no Congresso e na sociedade, definirá um cronograma de pagamento por um período necessário à rearticulação de uma economia saudável e à renegociação das condições de pagamento da dívida, sob a forma de juros fixos e baixos, anualidades proporcionais à nossa exportação e um prazo longo de pagamento, de forma a que a dívida seja paga, mas sem que isto implique em sacrifícios nacionais da população, que nenhum benefício obteve do endividamento. Terceiro, para isto é preciso, de imediato, romper com os acordos firmados com o FMI e o "pool" de bancos credores. Estes acordos são ilegítimos, porque sacrificam o povo para beneficiar interesses de grupos financeiros estrangeiros, e são ilegais porque foram firmados ferindo normas jurídicas nacionais e até mesmo a própria carta constitucional vigente.

**s** Para que as medidas anteriores sejam efetivadas, é necessário que a Nação brasileira tenha consciência de que seus destinos e interesses estão solidamente vinculados aos destinos e interesses do Terceiro Mundo, especialmente na América Latina. É preciso, portanto, desenvolver os laços que já começam a formar-se em busca de uma ação conjunta dos países endividados, no sentido de encontrarem formas de enfrentar os seus credores e reorientar suas economias. A solidariedade latino-americana será portanto, um instrumento básico de luta pela solução do problema da dívida.

**t** A solução do problema não pode, porém, ser vista como um fato estático e uma etapa superável "per se". Ela tem que ser vista no seu sentido dinâmico, comprometendo-se a sociedade a evitar a repetição destes fatos no seu futuro histórico. Para tanto será necessário que o Congresso brasileiro assuma sua responsabilidade de defender os interesses nacionais, participando de todas as negociações que comprometam o futuro nacional junto à comunidade das nações. Será preciso que o Congresso tenha uma voz ativa nas relações financeiras do País com o exterior.

**u** Duas medidas são necessárias para que isto se torne possível. Primeiro, será necessário que o cargo de Presidente do Banco Central seja preenchido sempre por pessoas que mereçam a respeitabilidade nacional, o que só é possível pela participação do Congresso na aprovação de seu nome, quando indicado pelo Presidente da República. Segundo, será necessário criar uma Comissão, no Congresso, que participe das negociações, ouvindo os negociadores, antes que eles embarquem em propostas, projetos e acordos, que os oriente politicamente, de forma a evitar que irresponsáveis negociem os destinos do País, e que ofereça a certeza de que, ao negociarem, conforme os interesses nacionais, contém com o respaldo da Nação.

**v** Tudo isto não impede, porém, que o Congresso, hoje, cumpra seu papel de fiscalizador do passado recente. Na verdade, é preciso que o Congresso assuma sua responsabilidade, denunciando à Nação os responsáveis pelo atual quadro de desarticulação da economia nacional, em função de medidas autoritárias em defesa dos interesses alienígenas e antinacionais.

**x** Esta CPI propõe, por isto, que o Congresso Nacional envie às autoridades judiciais competentes requerimento no sentido de responsabilizar penalmente aqueles que lesaram os interesses nacionais, através de acordos incompatíveis com nossos interesses.

**z** Finalmente, cabe deixar patente que a dívida é culpa dos governos irresponsáveis e antinacionais dos últimos 20 anos, mas o problema agora é nosso e das gerações futuras que o herdarão. E, para enfrentá-lo, a Nação vai necessitar de um grande esforço, uma grande imaginação e, sobretudo, patriotismo. Esta CPI espera ter dado um pouco de cada uma destas coisas, como uma mínima contribuição dentro do esforço geral.